

**Steven Levitsky
& Daniel Ziblatt**

COMO MORREM AS DEMOGRACIAS

**O LIVRO A LER SOBRE O ATUAL ESTADO
DA POLÍTICA NORTE-AMERICANA**

v o g a i s

Às nossas famílias:
Liz Mineo e Alejandra Mineo-Levitsky
e Suriya, Lilah e Talia Ziblatt

ÍNDICE

Introdução	9
Capítulo 1. Alianças Fatídicas	19
Capítulo 2. A Proteção na América	39
Capítulo 3. A Grande Abdicação Republicana	59
Capítulo 4. A Subversão da Democracia	79
Capítulo 5. As Barreiras de Proteção da Democracia	105
Capítulo 6. As Regras Tácitas da Política Americana	125
Capítulo 7. O Desmantelamento	151
Capítulo 8. Trump Contra as Barreiras de Proteção	181
Capítulo 9. A Salvação da Democracia	209
Agradecimentos	237
Notas	239
Índice remissivo	307

INTRODUÇÃO

Estará a nossa democracia em perigo? É uma pergunta que nunca pensámos ter de fazer. Somos colegas há 15 anos, a pensar, a escrever e a ensinar aos alunos os falhanços da democracia noutros locais e noutros tempos — na sombria década de 1930 na Europa, ou na repressiva década de 1970 na América Latina. Passámos anos a investigar as novas formas de autoritarismo que foram emergindo pelo mundo. Para nós, o modo como as democracias morrem, e o motivo, tornou-se numa obsessão ocupacional.

Mas agora damos por nós a voltarmo-nos para o nosso próprio país. Ao longo dos últimos dois anos, vimos políticos a dizer e a fazer coisas sem precedentes nos Estados Unidos — mas que reconhecemos como precursores da crise democrática noutros locais. Sentimos temor, como muitos outros americanos, ao mesmo tempo que procuramos garantir a nós próprios que *as coisas aqui não podem realmente estar assim tão más*. Afinal de contas, muito embora saibamos que as democracias são sempre frágeis, a democracia em que vivemos tem, de algum modo, conseguido desafiar a gravidade. A nossa Constituição, o nosso credo nacional de liberdade e igualdade, a nossa classe média historicamente robusta, os nossos elevados níveis de prosperidade e educação, e o nosso setor privado vasto e diversificado — tudo isto deveria vacinar-nos contra o tipo de colapso democrático que teve lugar noutros países.

E, no entanto, preocupamo-nos. Os políticos americanos tratam agora os seus rivais como inimigos, intimidam a imprensa livre e ameaçam rejeitar os resultados de eleições. Tentam enfraquecer os amortecedores institucionais da nossa democracia, incluindo os tribunais, os serviços de informações e os gabinetes de ética. Os estados americanos, em tempos louvados pelo grande jurista Louis Brandeis como «laboratórios da democracia», estão em risco de se tornarem laboratórios do autoritarismo, à medida que os que estão no poder reescrevem as leis eleitorais, redesenham os círculos eleitorais e, inclusive, revogam os direitos eleitorais para garantir a vitória. E em 2016, pela primeira vez na História dos EUA, um homem sem experiência em cargos públicos, e com pouco apego visível aos direitos constitucionais e claras tendências autoritárias, foi eleito presidente.

O que significa tudo isto? Estaremos a viver o declínio e a queda de uma das democracias mais antigas e de maior sucesso do mundo?

Ao meio-dia de 11 de setembro de 1973, após meses de tensão crescente nas ruas de Santiago, no Chile, aviões a jato *Hawker Hunter* de fabrico britânico largaram bombas sobre La Moneda, o palácio presidencial neoclássico, no centro da cidade. Enquanto as bombas continuavam a cair, La Moneda ardia. Salvador Allende, eleito presidente três anos antes, à cabeça de uma coligação de esquerda, estava barricado lá dentro. Durante o seu mandato, o Chile havia sido dilacerado pela instabilidade social, pela crise económica e pela paralisia política. Allende dissera que não abandonaria o cargo sem ter completado a tarefa que lhe fora confiada — mas o momento da verdade chegara. Sob o comando do general Augusto Pinochet, as Forças Armadas do Chile assumiam o controlo do país. Ao princípio da manhã desse dia fatídico, Allende proferiu palavras de desafio numa comunicação radiofónica, esperando que os seus muitos apoiantes saíssem à rua em defesa da democracia. Mas essa resistência nunca se materializou. A polícia militar que guardava o palácio havia-o abandonado; a emissão de rádio

foi recebida com silêncio. No espaço de poucas horas, Allende estava morto. A democracia chilena também.

É assim que temos tendência a pensar na morte das democracias: às mãos de homens armados. Durante a Guerra Fria, os golpes de Estado representaram praticamente três em cada quatro colapsos democráticos. As democracias da Argentina, do Brasil, do Gana, da Grécia, da Guatemala, da Nigéria, do Paquistão, do Peru, da República Dominicana, da Tailândia, da Turquia e do Uruguai morreram, todas, deste modo. Mais recentemente, golpes militares derrubaram o presidente egípcio Mohamed Morsi, em 2013, e o primeiro-ministro tailandês Yingluck Shinawatra, em 2014. Em todos estes casos, a democracia dissolveu-se de modo espetacular, através do poder militar e da coação.

Mas há outro modo de destruir uma democracia. Menos dramático, mas igualmente destrutivo. As democracias podem morrer às mãos não dos generais, mas dos líderes eleitos — presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. Alguns destes líderes desmantelam a democracia rapidamente, como Hitler fez no rescaldo do incêndio do Reichstag de 1933, na Alemanha. Na maior parte dos casos, contudo, as democracias vão sendo erodidas aos poucos, em passos pouco visíveis.

Na Venezuela, por exemplo, Hugo Chávez era um *outsider* político que protestava contra o que descrevia ser uma elite governativa corrupta, prometendo construir uma democracia mais «autêntica» que usasse a vasta riqueza petrolífera do país para melhorar a vida dos pobres. Aproveitando habilmente o descontentamento da generalidade dos venezuelanos, muitos dos quais se sentiam ignorados ou maltratados pelos partidos políticos estabelecidos, Chávez foi eleito presidente em 1998. Uma mulher do estado natal de Chávez, Barinas, disse o seguinte na noite eleitoral: «A democracia está infetada. E Chávez é o único antibiótico que temos.»

Quando Chávez lançou a sua revolução prometida, fê-lo democraticamente. Em 1999, realizou eleições livres para uma nova Assembleia Constituinte, na qual os aliados ganharam com uma maioria

esmagadora. Isto permitiu aos chavistas redigirem sozinhos uma nova Constituição. Era, no entanto, uma Constituição democrática; e, para reforçar a sua legitimidade, realizaram-se novas eleições presidenciais e legislativas em 2000. Chávez e os aliados também as venceram. O populismo de Chávez desencadeou uma oposição intensa e, em abril de 2002, foi fugazmente derrubado pelas Forças Armadas. Mas o golpe falhou, permitindo a um Chávez triunfante alegar ainda mais legitimidade democrática para si próprio.

Foi apenas em 2003 que Chávez deu os primeiros passos evidentes em direção ao autoritarismo. Com o apoio popular a desaparecer, travou um referendo, liderado pela oposição, que podia retirá-lo do cargo — e travou-o durante um ano, até que os preços em alta do petróleo reforçaram, quanto bastasse, a sua posição para que pudesse ganhar. Em 2004, o governo incluiu na lista negra aqueles que haviam assinado a petição de revogação e preencheu o Supremo Tribunal, mas a reeleição esmagadora de Chávez em 2006 permitiu-lhe manter um verniz democrático. O regime chavista tornou-se mais repressivo após 2006, fechando uma importante estação televisiva e prendendo ou exilando políticos da oposição, juizes e figuras mediáticas, ao abrigo de acusações dúbias, eliminando também os limites dos mandatos presidenciais, para que Chávez pudesse continuar indefinidamente no poder. Quando Chávez, que estava a morrer de cancro, foi reeleito em 2012, a eleição foi livre, mas não foi justa: o chavismo controlava a maior parte dos meios de comunicação e mobilizou a seu favor a vasta maquinaria governamental. Um ano mais tarde, após a morte de Chávez, o seu sucessor, Nicolás Maduro, venceu outra reeleição questionável e, em 2014, o seu governo prendeu um importante líder da oposição. Contudo, a vitória esmagadora da oposição nas eleições legislativas de 2015 pareceu desmentir as alegações dos críticos de que a Venezuela já não era democrática. Foi apenas quando uma nova Assembleia Constituinte usurpou o poder do Congresso em 2017, quase duas décadas depois de Chávez ter chegado à presidência, que a Venezuela foi reconhecida abertamente como uma autocracia.

É assim que morrem hoje as democracias. As ditaduras ostensivas — sob a forma do fascismo, do comunismo ou do governo militar — desapareceram na maior parte do mundo. Os golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros. A maior parte dos países realiza eleições regularmente. As democracias continuam a morrer, só que agora por meios diferentes. Desde o final da Guerra Fria, os colapsos democráticos foram causados, na sua maioria, não por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos. Como Chávez na Venezuela, foram os líderes eleitos a subverter as instituições democráticas nas Filipinas, na Geórgia, na Hungria, na Nicarágua, no Peru, na Polónia, na Rússia, no Sri Lanka, na Turquia e na Ucrânia. Hoje, o retrocesso democrático começa nas urnas.

O caminho eleitoral para o colapso é perigosamente enganador. Com um golpe de Estado clássico, como no Chile de Pinochet, a morte de uma democracia é imediata e evidente para todos. O palácio presidencial está a ferro e fogo. O presidente é morto, preso ou enviado para o exílio. A Constituição é suspensa ou abolida. No caminho eleitoral, nada disto acontece. Não há tanques nas ruas. Os textos constitucionais e outras instituições nominalmente democráticas continuam de pé. As pessoas continuam a votar. Os autocratas eleitos mantêm uma aparência de democracia ao mesmo tempo que evisceram a sua substância.

Muitos esforços governamentais para subverter a democracia são «legais», na medida em que são aprovados pela legislatura ou aceites pelos tribunais. Podem até ser apresentados como esforços para *melhorar* a democracia — tornando o sistema judicial mais eficaz, combatendo a corrupção ou limpando o processo eleitoral. Os jornais continuam a ser publicados, mas são comprados ou intimidados a censurarem-se a si próprios. Os cidadãos continuam a criticar os governos, mas dão muitas vezes por si a enfrentar problemas fiscais ou legais. Isto lança a confusão no público. As pessoas não compreendem imediatamente o que está a acontecer. Muitos continuam a acreditar que vivem numa democracia. Em 2011, quando uma sondagem da Latinobarómetro pediu aos Venezuelanos que classificassem o país numa escala de

1 («nada democrático») a 10 («completamente democrático»), 51% dos inquiridos deram-lhe uma nota de 8 ou superior a 8.

Como não existe um único momento — um golpe, uma declaração de lei marcial ou uma suspensão da Constituição — no qual o regime «atrasse a linha» para a ditadura de modo óbvio, não há nada que faça soar o alarme da sociedade. Aqueles que denunciam os abusos governamentais podem ser ignorados como estando a exagerar ou a gritar alarmismos. Para muitos, a erosão da democracia é quase impercetível.

Quão vulnerável é a democracia americana a esta forma de regressão? Os alicerces da nossa democracia são certamente mais fortes do que os da Venezuela, da Turquia ou da Hungria. Mas serão suficientemente fortes?

Responder a uma tal pergunta implica afastarmo-nos das parangonas e dos alertas noticiosos diários, para alargarmos o nosso ponto de vista, aprendendo com as lições das experiências de outras democracias pelo mundo fora e ao longo da História. Por exemplo, baseados na experiência histórica de outras nações, desenvolvemos uma «prova dos nove» para ajudar a identificar os aspirantes a autocratas antes de estes chegarem ao poder. Podemos aprender com os erros cometidos por líderes democráticos do passado que abriram a porta aos aspirantes a autocratas — e, de maneira inversa, com o modo como outras democracias mantiveram os extremistas longe do poder. Uma abordagem comparativa também revela como os autocratas eleitos em diferentes pontos do mundo empregam estratégias espantosamente semelhantes para subverter as instituições democráticas. À medida que estes padrões se tornam visíveis, os passos em direção ao colapso tornam-se menos ambíguos — e mais fáceis de combater. Saber como os cidadãos de outras democracias resistiram com sucesso a autocratas eleitos, ou porque falharam tragicamente ao tentá-lo, é essencial àqueles que procuram defender hoje a democracia americana.

Sabemos que há demagogos extremistas que emergem, de tempos a tempos, em todas as sociedades, mesmo nas democracias saudáveis. Os Estados Unidos têm tido a sua quota-parte, aqui se incluindo Henry Ford, Huey Long, Joseph McCarthy e George Wallace. Um teste essencial para as democracias é, mais do que saber se tais figuras emergem, ver se os líderes políticos, e sobretudo os partidos políticos, trabalham para os impedir, desde logo, de ganhar poder — ao mantê-los fora das campanhas partidárias *mainstream*, ao recusarem-se a apoiá-los ou a alinharem-se com eles, e, sempre que necessário, unindo-se a rivais para apoiar candidatos democráticos. Isolar extremistas populares exige coragem política. Mas quando o medo, o oportunismo ou o erro de cálculo levam os partidos instituídos a trazer extremistas para o *mainstream*, a democracia fica em perigo.

Uma vez chegado um candidato a autocrata ao poder, as democracias enfrentam um segundo teste crítico: conseguirá o líder autocrático subverter as instituições democráticas, ou será constrangido por elas? As instituições, por si sós, não são suficientes para firmar rédeas aos autocratas eleitos. As constituições devem ser defendidas — pelos partidos políticos e por cidadãos organizados, mas também pelas normas democráticas. Sem normas robustas, o sistema de freios e contrapesos constitucionais não funciona como o baluarte da democracia que imaginamos que seja. As instituições tornam-se armas políticas, manejadas energeticamente por aqueles que as controlam contra aqueles que não as controlam. É assim que os autocratas eleitos subvertem a democracia — preenchendo e transformando em armas os tribunais e outras agências neutrais, subornando os meios de comunicação e o setor privado (ou intimidando-os ao silêncio), e reescrevendo as regras da política para enviesar o terreno de jogo contra os adversários. O paradoxo trágico do caminho eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia — gradualmente, subtilmente e, até, legalmente — para a matar.

A América falhou o primeiro teste em novembro de 2016, quando elegemos um presidente com um compromisso duvidoso para com as normas democráticas. A vitória surpreendente de Donald Trump foi tornada possível não apenas pelo desinteresse público, mas também pelo fracasso do Partido Republicano em impedir que um demagogo extremista no seu interior conseguisse a nomeação.

Quão séria é agora a ameaça? Muitos observadores sentem-se em paz com a nossa Constituição, concebida precisamente para deter e conter demagogos como Donald Trump. O nosso sistema madisoniano de freios e contrapesos resiste há mais de dois séculos. Sobreviveu à Guerra Civil, à Grande Depressão, à Guerra Fria e ao caso Watergate. Certamente será também capaz de sobreviver a Trump.

Nós não temos tanta certeza. Historicamente, o nosso sistema de freios e contrapesos *tem*, de facto, funcionado bastante bem — mas não, ou não inteiramente, devido ao sistema constitucional concebido pelos nossos fundadores. As democracias funcionam melhor — e sobrevivem mais tempo — sempre que as constituições forem reforçadas por normas democráticas tácitas. Duas normas básicas preservaram os pesos e contrapesos da América de modos que tomamos hoje por certos: a tolerância mútua, ou a compreensão de que os partidos se aceitam mutuamente como rivais legítimos, e o autolimites, ou a ideia de que os políticos devem exercer contenção ao recorrer às suas prerrogativas institucionais. Estas duas normas estiveram na base da democracia americana ao longo da maior parte do século xx. Os líderes dos dois principais partidos aceitaram-se mutuamente como legítimos e resistiram à tentação de usar o seu controlo temporário das instituições para obter uma máxima vantagem sectária. As normas de tolerância e contenção serviram como barreiras de proteção «flexíveis» da democracia americana, ajudando-a a evitar o tipo de combate partidário até à morte que destruiu as democracias noutros pontos do mundo, incluindo a Europa da década de 1930 e a América do Sul das décadas de 1960 e 1970.

Hoje, contudo, as barreiras de proteção da democracia americana estão a enfraquecer. A erosão das nossas normas democráticas começou

nas décadas de 1980 e 1990 e acelerou na década de 2000. Quando Barack Obama se tornou presidente, muitos Republicanos*, em particular, questionaram a legitimidade dos seus rivais Democratas e abandonaram o autolimites em prol de uma estratégia de ganhar por todos os meios necessários. Donald Trump pode ter acelerado este processo, mas não o causou. Os desafios para a democracia americana são mais profundos. O enfraquecimento das nossas normas democráticas está enraizado numa polarização partidária extrema — uma polarização que vai para lá das diferenças políticas e atinge o nível de um conflito existencial em torno da raça e da cultura. Os esforços da América para alcançar a igualdade racial à medida que a nossa sociedade se torna cada vez mais diversificada alimentaram uma reação insidiosa e uma intensificação da polarização. E se há coisa bem clara no estudo dos colapsos ao longo da História, é que a polarização extrema pode matar as democracias.

Existem, por isso, razões para alarme. Os americanos elegeram um demagogo em 2016; e fizemo-lo numa altura em que as normas que protegeram em tempos a nossa democracia já estavam a afrouxar. Mas se as experiências de outros países nos ensinam que a polarização pode matar as democracias, também nos ensinam que o colapso não é inevitável nem irreversível. Aprendendo com as lições de outras democracias em crise, este livro sugere estratégias que os cidadãos devem, ou *não* devem, seguir para defender a nossa democracia.

Muitos americanos sentem-se assustados, justificadamente, pelo que está a acontecer ao nosso país. Mas proteger a nossa democracia exige mais do que apenas medo ou indignação. Temos de ser humildes e ousados. Temos de aprender com outros países a ver os sinais de alerta — e a reconhecer os falsos alarmes. Temos de ter consciência dos passos em falso fatais que destruíram outras democracias. E temos

* Nesta tradução, sempre que surgir a palavra Republicano com R maiúsculo, faz-se referência ao Partido Republicano americano e às suas políticas e posições públicas; sempre que a palavra surgir com R minúsculo, a referência é ao republicanismo como movimento ou tendência política fora dos EUA.

de ver como os cidadãos se ergueram para responder às grandes crises democráticas do passado, ultrapassando as suas próprias e profundas divisões para evitar o colapso. A História não se repete. Mas rima. A promessa da História, e a esperança deste livro, é que consigamos descobrir essas rimas antes que seja tarde demais.

CAPÍTULO I

ALIANÇAS FATÍDICAS

Levantara-se uma querela entre o Cavalo e o Cervo, pelo que o Cavalo foi ter com um Caçador para lhe pedir ajuda a fim de se vingar do Cervo. O Caçador concordou, mas disse: «Se desejas conquistar o Cervo, terás de permitir que eu ponha este pedaço de ferro entre as tuas mandíbulas, para que te possa guiar com estas rédeas, e terás de deixar que esta sela seja posta nas tuas costas, para que eu possa manter-me direito em cima de ti enquanto perseguimos o inimigo.» O Cavalo concordou com as condições e, assim, o Caçador fixou nele sela e freio. Depois, com a ajuda do Caçador, o Cavalo dominou o Cervo e disse ao Caçador: «Agora desmonta, e tira as tuas coisas da minha boca e das minhas costas.» «Calma aí, amigo», disse o Caçador. «Tenho-te agora sob meu controlo e prefiro manter-te como estás agora.»

«O Cavalo, o Caçador e o Cervo», *Fábulas de Esopo*

No dia 30 de outubro de 1922, Benito Mussolini chegou a Roma às 10h55, numa carruagem-cama, vindo de Milão. Tinha sido convocado pelo rei para rumar à capital, aceitar o cargo de primeiro-ministro de Itália e formar um novo governo. Acompanhado por um pequeno grupo de guardas, Mussolini parou primeiro no Hotel Savoia e, depois, usando um casaco negro, uma camisa negra e um chapéu de coco negro, percorreu a pé e em triunfo a distância até ao palácio real,

o Quirinale. Roma fervilhava com rumores de distúrbios. Bandos de fascistas — muitos deles em uniformes díspares — percorriam as ruas da cidade. Mussolini, ciente do poder do espetáculo, entrou no palácio residencial do rei, com o seu chão de mármore, e cumprimentou-o: «Alteza, perdoai a minha vestimenta. Chego do campo de batalha.»

Este foi o início da lendária «Marcha sobre Roma» de Mussolini. A imagem de massas de Camisas Negras a atravessar o Rubicão para conquistar o poder ao Estado liberal italiano tornou-se num cânone fascista, repetido nos feriados nacionais e nos manuais escolares durante as décadas de 1920 e 1930. Mussolini cumpriu o seu papel na consagração do mito. Nesse dia, na última paragem do comboio antes de Roma, chegara a considerar descer do comboio para entrar na cidade a cavalo, rodeado pelos seus guardas. Embora o plano tenha acabado por ser abandonado, procurou posteriormente fazer tudo o que pudesse para reforçar a lenda da sua própria ascensão ao poder, nas suas palavras, como uma «revolução» e um «ato de insurreição» que lançaram uma nova época fascista.

A verdade era mais mundana. A maioria dos Camisas Negras de Mussolini, em muitos casos mal alimentados e sem armas, apenas chegou depois de ele ter sido convidado a tornar-se primeiro-ministro. Os esquadrões de fascistas pelo país fora eram uma ameaça, mas as maquinações de Mussolini para tomar as rédeas do Estado não eram nenhuma revolução. Ele utilizou os 35 votos parlamentares (em 535) do seu partido, as divisões entre os políticos do sistema, o medo do socialismo e a ameaça de violência por parte de 30 mil Camisas Negras para chamar a atenção do tímido rei Vítor Emanuel III, que viu nele uma estrela política em ascensão e um meio de neutralizar tumultos.

Com a ordem política restaurada pela nomeação de Mussolini e pelo socialismo em retirada, a bolsa italiana ganhou asas. Estadistas veteranos do aparelho liberal, como Giovanni Giolitti e Antonio Salandra, deram por si a aplaudir a viragem dos acontecimentos. Viram Mussolini como um aliado útil. Mas, tal como o cavalo da fábula de Esopo, a Itália rapidamente deu por si sob «sela e freio».

Versões desta história repetiram-se por esse mundo fora ao longo do último século. Uma série de *outsiders* políticos, incluindo Adolf Hitler, Getúlio Vargas no Brasil, Alberto Fujimori no Peru e Hugo Chávez na Venezuela, chegou ao poder pelo mesmo caminho: de dentro, através de eleições ou de alianças com figuras políticas poderosas. Em cada caso, as elites acreditaram que o convite para o poder *conteria* o intruso, levando à restauração do controlo pelos políticos centristas. Mas os tiros saíram pela culatra. Uma mistura fatal de ambição, medo e erros de cálculo conspirou para os levar a cometer o mesmo e fatídico erro: entregar de livre vontade as chaves do poder a autocratas em formação.

Porque é que estadistas veteranos cometem este erro? São poucos os exemplos mais fascinantes do que o da ascensão de Adolf Hitler em janeiro de 1933. A sua capacidade para a insurreição violenta ficara bem visível logo no *Putsch* da Cervejaria de Munique de 1923 — um golpe noturno de surpresa no qual o seu grupo de integristas armados tomou o controlo de vários edifícios governamentais e de uma cervejaria de Munique na qual se reuniam funcionários bávaros. O ataque, mal pensado, foi travado pelas autoridades, e Hitler passou nove meses na cadeia, onde escreveu o seu infame testamento pessoal, *Mein Kampf*. Daí para a frente, Hitler comprometeu-se publicamente a chegar ao poder através de eleições. Ao início, o seu movimento nacional-socialista teve poucos votos. O sistema político de Weimar fora fundado em 1919 por uma coligação pró-democrática de católicos, liberais e sociais-democratas. Mas, a partir de 1930, com a economia alemã a cambalear, o centro-direita caiu na luta interna, e os comunistas e os nazis ganharam em popularidade.

O governo eleito desfez-se em março de 1930 por entre a dor da Grande Depressão. Com o impasse político a bloquear a ação do governo, o presidente testa de ferro, o herói da Primeira Guerra Mundial Paul von Hindenburg, aproveitou-se de um artigo constitucional

que dava ao chefe de Estado a autoridade para nomear um chanceler na circunstância excepcional de o Parlamento não conseguir apresentar uma maioria governativa. O objetivo destes chanceleres não eleitos — e do presidente — era não apenas governar como também marginalizar os radicais à esquerda e à direita. Primeiro, o economista Heinrich Brüning, do Partido do Centro (que mais tarde fugiria da Alemanha para se tornar professor em Harvard), tentou, sem que o tivesse conseguido, restabelecer o crescimento económico; o cargo como chanceler foi de curto prazo. O presidente Von Hindenburg virou-se em seguida para o aristocrata Franz von Papen e, depois, cada vez mais desanimado, para o amigo próximo e rival de Von Papen, o antigo ministro da Defesa, general Kurt von Schleicher. Mas, sem maiorias parlamentares no Reichstag, o impasse persistia. Por boas razões, os líderes receavam o ato eleitoral seguinte.

Convencidos de que «algo tinha finalmente de ceder», uma cabala de conservadores rivais reuniu-se no final de janeiro de 1933 e acordou numa solução: devia estar à cabeça do governo um *outsider* popular. Desprezavam-no, mas sabiam que, pelo menos, ele tinha uma massa de seguidores. E, acima de tudo, achavam que podiam controlá-lo.

Em 30 de janeiro de 1933, Von Papen, um dos principais arquitetos do plano, não fez caso das preocupações com a aposta que tornaria Adolf Hitler no chanceler de uma Alemanha em crise, usando palavras reconfortantes: «Estamos a usá-lo para nós próprios [...] Daqui a dois meses, [ele] vai estar tão encostado à parede que até vai guinchar.» É difícil imaginar um erro de cálculo mais profundo.

As experiências italiana e alemã chamam a atenção para o tipo de «aliança fatídica» que muitas vezes eleva os autoritários ao poder. Em qualquer democracia, os políticos vão encontrar por vezes desafios graves. As crises económicas, o descontentamento crescente da população e o declínio eleitoral dos partidos políticos do centro podem pôr à prova até o julgamento dos mais experientes. Se um *outsider* carismático surge em cena, ganhando popularidade ao desafiar a velha ordem, é tentador para os políticos do aparelho que sentem o

seu controlo a escapar-lhes procurar cooptá-lo. Se um veterano rompe com os seus para acolher o insurgente antes dos rivais, pode usar a energia e a base do *outsider* para manobrar ao redor dos pares. E, depois — é essa a esperança dos políticos do aparelho —, o insurgente pode ser orientado para apoiar os programas que eles defendem.

Este tipo de pacto com o Diabo muda muitas vezes de forma, a favor do insurgente, pois as alianças dão aos *outsiders* respeitabilidade suficiente para se tornarem candidatos legítimos ao poder. Na Itália do início da década de 1920, a velha ordem liberal estava a desmoronar-se por entre greves e distúrbios sociais crescentes. O fracasso dos partidos tradicionais em forjar maiorias parlamentares sólidas deixou no desespero o idoso primeiro-ministro Giovanni Giolitti, então no seu quinto mandato, e, contra o desejo dos conselheiros, convocou eleições antecipadas para maio de 1921. Com o objetivo de aceder ao apelo das massas fascistas, Giolitti decidiu oferecer ao movimento arrivista de Mussolini um lugar no «bloco burguês» de nacionalistas, fascistas e liberais do seu grupo eleitoral. A estratégia falhou — o bloco burguês obteve menos de 20% dos votos, levando à demissão de Giolitti. Mas a presença de Mussolini na campanha deu ao seu grupo, antes desorganizado, a legitimidade de que necessitava para encetar a ascensão.

Alianças fatídicas como esta não estão confinadas à Europa entre guerras. Também ajudam a explicar a ascensão de Hugo Chávez. A Venezuela orgulhava-se de ser a mais antiga democracia da América do Sul, existente desde 1958. Chávez, um oficial militar subalterno e líder de um golpe falhado que nunca detivera um cargo público, era um *outsider* político. Mas a sua ascensão ao poder recebeu um impulso crítico por parte de um consumado homem do aparelho: o ex-presidente Rafael Caldera, um dos fundadores da democracia venezuelana.

A política venezuelana era há muito dominada por dois partidos, o Ação Democrática, de centro-esquerda, e o Partido Social Cristão (conhecido por COPEI), de centro-direita, de Caldera. Ambos alternaram pacificamente no poder durante mais de 30 anos, e, pela década de 1970, a Venezuela era vista como uma democracia-modelo numa

região assolada por golpes e ditaduras. Durante a década de 1980, contudo, a economia do país, dependente do petróleo, entrou em recessão prolongada — uma crise que persistiu durante mais de dez anos, praticamente duplicando a taxa de pobreza. Sem surpresa, os venezuelanos mostraram-se descontentes. Tumultos maciços em fevereiro de 1989 sugeriram que os partidos estabelecidos estavam em sarilhos. Três anos mais tarde, em fevereiro de 1992, um grupo de oficiais militares subalternos ergueu-se contra o presidente Carlos Andrés Pérez. Liderados por Hugo Chávez, os rebeldes designavam-se «Bolivarianos», inspirados pelo venerado herói da independência Simão Bolívar. O golpe falhou. Mas quando Chávez, agora detido, apareceu em direto na televisão a pedir aos apoiantes que baixassem as armas (declarando, em palavras que se tornariam lendárias, que a sua missão havia falhado «por agora»), tornou-se um herói aos olhos de muitos venezuelanos, e particularmente aos dos mais pobres. Após um segundo golpe falhado em novembro de 1992, o aprisionado Chávez mudou de rumo, escolhendo chegar ao poder através de eleições. E precisava de ajuda.

Embora o ex-presidente Caldera fosse um veterano reconhecido, em 1992 a sua carreira política estava em declínio. Quatro anos antes, não conseguira obter a nomeação presidencial do partido. Era agora considerado uma relíquia política. Mas o senador de 76 anos ainda sonhava com o regresso à presidência e a aparição de Chávez foi para ele como que uma boia de salvação. Na noite do primeiro golpe de Chávez, o antigo presidente levantou-se durante uma sessão conjunta de emergência do Congresso e abraçou a causa dos rebeldes, declarando:

É difícil pedir ao povo que se sacrifique pela liberdade e pela democracia quando acha que a liberdade e a democracia são incapazes de lhe dar de comer, de impedir a subida astronómica do custo de vida ou de pôr um fim definitivo ao terrível flagelo da corrupção que, aos olhos de todo o mundo, corrói as instituições da Venezuela a cada dia que passa.

Este impressionante discurso marcou a ressurreição da carreira política de Caldera. Agora com acesso ao eleitorado antissistema de Chávez, o apoio público ao ex-presidente cresceu, permitindo-lhe apresentar uma candidatura presidencial de sucesso em 1993.

O «namoro» público de Caldera com Chávez fez mais do que impulsionar a sua própria posição nas sondagens; deu também uma nova credibilidade a Chávez. Hugo Chávez e os camaradas haviam procurado destruir os 34 anos de democracia do país que era o seu. Mas, em vez de denunciar os líderes do golpe como uma ameaça extrema, o antigo presidente ofereceu-lhes a sua simpatia pública — e, com ela, uma porta de entrada na política *mainstream*.

Caldera também ajudou a abrir a Chávez as portas do palácio presidencial, ao desferir um golpe mortal nos partidos estabelecidos da Venezuela. Numa reviravolta impressionante, abandonou o COPEI, partido que havia fundado quase meio século antes, e apresentou uma candidatura presidencial independente. Era certo que os partidos já se encontravam em crise. Mas a saída de Caldera, e a sua posterior campanha contra o sistema, ajudou a enterrá-los. O sistema partidário desmoronou-se após a eleição de Caldera em 1993, como independente antipartidário, abrindo caminho a futuros intrusos. Cinco anos mais tarde, seria a vez de Chávez.

Mas, voltando a 1993, Chávez continuava a ter um grande problema. Estava preso e a aguardar julgamento por traição. Contudo, em 1994, o agora presidente Caldera retirou todas as acusações que contra ele pendiam. O ato final de Caldera no sentido da reabilitação de Chávez foi, literalmente, abrir-lhe as portas da prisão. Imediatamente após a libertação, um jornalista perguntou-lhe para onde ia. «Para o poder», respondeu. Libertar Chávez era popular e Caldera prometera fazê-lo durante a campanha. À imagem da maioria das elites venezuelanas, via Chávez como uma moda passageira — alguém que provavelmente teria desaparecido dos favores do público quando fosse altura das eleições seguintes. Mas, ao retirar todas as acusações, em vez de permitir a Chávez ir a julgamento e depois perdoar-lhe, Caldera elevou-o,

transformando imediatamente o antigo líder golpista num candidato presidencial viável. Em 6 de dezembro de 1998, Chávez venceu a presidência, derrotando facilmente um candidato apoiado pelo sistema. No dia da tomada de posse, Caldera, o presidente de saída, não foi capaz de passar a Chávez o juramento de tomada de posse, como ditava a tradição. Em vez disso, deixou-se sombriamente ficar de lado.

Apesar das suas vastas diferenças, Hitler, Mussolini e Chávez seguiram até ao poder caminhos que partilham semelhanças surpreendentes. Não só eram todos *outsiders* com o dom de cativar a atenção do público, como cada um deles chegou ao poder porque os políticos do aparelho ignoraram os sinais de alerta e lhes entregaram o poder (Hitler e Mussolini) ou lhes abriram a porta (Chávez).

O abdicar da responsabilidade política por parte dos líderes existentes marca muitas vezes o primeiro passo de uma nação em direção ao autoritarismo. Anos após a vitória presidencial de Chávez, Rafael Caldera explicou de modo simples os seus erros: «Ninguém achou que o Sr. Chávez tivesse sequer a mais remota hipótese de se tornar presidente.» E apenas um dia depois de Hitler se ter tornado chanceler, um conservador proeminente que o ajudara admitia: «Acabei de cometer a maior estupidez da minha vida: aliei-me ao maior demagogo da História do mundo.»

Nem todas as democracias caíram nesta armadilha. Algumas — incluindo a Bélgica, a Costa Rica, a Finlândia e a Grã-Bretanha — enfrentaram desafios de demagogos, mas também os conseguiram manter afastados do poder. Como o fizeram? É tentador pensar que essa sobrevivência esteja ancorada na sabedoria coletiva dos eleitores. Talvez os belgas e os costa-riquenhos tenham simplesmente sido mais democratas do que os seus equivalentes na Alemanha ou na Itália. Afinal, gostamos de acreditar que o destino de um governo reside nas mãos dos seus cidadãos. Se o povo alberga valores democráticos, a democracia estará segura. Se os cidadãos estiverem abertos a apelos ao autoritarismo, então, mais tarde ou mais cedo, a democracia estará em apuros.

Esta opinião está errada. Atribui demasiados pressupostos à democracia — como a ideia de que «o povo» pode moldar à sua vontade o tipo de governo que tem. É difícil encontrar provas de um apoio maioritário ao autoritarismo na Alemanha e na Itália da década de 1920. Antes de os nazis e de os fascistas tomarem o poder, menos de 2% da população estava filiada nesses partidos, e nenhum deles conseguiu sequer chegar perto de uma maioria de votos em eleições livres e justas. Em vez disso, maiorias eleitorais sólidas opuseram-se a Hitler e a Mussolini — antes de ambos os homens chegarem ao poder com o apoio de políticos do aparelho que não viram o perigo das suas próprias ambições.

Hugo Chávez foi eleito por uma maioria de eleitores, mas não são muitas as provas de que os venezuelanos andassem à procura de um homem forte. Naquela altura, o apoio público à democracia era mais elevado na Venezuela do que no Chile — um país que era, e continua a ser, democraticamente estável. Segundo a sondagem da Latinobarómetro de 1998, 60% dos venezuelanos concordavam com a afirmação «a democracia é sempre a melhor forma de governo», enquanto apenas 25% concordaram que, «em determinadas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um governo democrático». Em contraste, apenas 53% dos inquiridos no Chile concordaram com a afirmação de que «a democracia é sempre a melhor forma de governo».

Os potenciais demagogos existem em todas as democracias e, ocasionalmente, um ou mais surtem efeito no público. Mas, em algumas democracias, os líderes políticos prestam atenção aos sinais de alerta e tomam medidas para garantir que os autoritários se mantêm à margem e longe dos centros de poder. Confrontados com a ascensão de extremistas ou demagogos, levam a cabo esforços concertados para os isolar e derrotar. Embora as respostas das massas aos apelos extremistas tenham a sua importância, o que é mais importante é que as elites políticas, e especialmente os partidos, sirvam como filtros. Dito de outra forma, os partidos políticos são os guardiões da democracia.

Para que os autoritários sejam mantidos do lado de fora, têm primeiro de ser identificados. Infelizmente, não há nenhum sistema de aviso prévio à prova de erro. Muitos autoritários podem ser facilmente reconhecidos antes de chegarem ao poder. Têm um historial evidente: Hitler liderou um *putsch* falhado; Chávez liderou uma revolta militar falhada; os Camisas Negras de Mussolini estavam implicados em ações violentas de âmbito paramilitar; e na Argentina, em meados do século xx, Juan Perón ajudou a liderar um golpe de Estado de sucesso dois anos e meio antes de se candidatar ao cargo de presidente.

Mas os políticos nem sempre revelam toda a dimensão do seu autoritarismo antes de chegarem ao poder. Alguns aderem às normas democráticas no início da sua carreira e abandonam-nas mais tarde. Repare-se no primeiro-ministro húngaro. Viktor Orbán e o seu partido, o Fidesz, começaram por ser democratas liberais no final da década de 1980, e, no seu primeiro mandato, entre 1998 e 2002, Orbán governou democraticamente. A reviravolta autocrática depois do regresso ao poder em 2010 foi uma genuína surpresa.

Como identificamos então o autoritarismo em políticos que não têm um historial antidemocrático óbvio? Aqui, voltamo-nos para o eminente analista político Juan Linz. Nascido na Alemanha de Weimar e educado durante a Guerra Civil de Espanha, Linz sabia demasiado bem dos perigos da perda da democracia. Enquanto professor em Yale, dedicou grande parte da carreira a tentar compreender o como e o porquê da morte das democracias. Muitas das conclusões de Linz podem ser encontradas num pequeno, mas seminal, livro: *The Breakdown of Democratic Regimes*. Publicada em 1978, a obra chama a atenção para o papel dos políticos, demonstrando que o seu comportamento pode reforçar a democracia ou deixá-la em risco. Também propôs, mas nunca desenvolveu por completo, uma «prova dos nove» para identificar políticos antidemocráticos.

Trabalhando a partir de Linz, desenvolvemos um conjunto de quatro sinais de alerta comportamentais que nos podem ajudar a reconhecer um autoritário quando o vemos. Devemos preocupar-nos quando

um político: 1) rejeita, por palavras ou atos, as regras democráticas do jogo; 2) nega a legitimidade dos adversários; 3) tolera ou encoraja a violência; ou 4) indica a sua disposição para restringir as liberdades cívicas dos adversários, incluindo os *media*. A tabela 1 mostra como aferir os políticos relativamente a estes quatro fatores.

Um político que cumpra apenas um único destes critérios já é motivo para preocupação. Quais os tipos de candidatos que têm tendência a ter resultados positivos numa tal «prova dos nove» de autoritarismo? Muitas vezes, os *outsiders* populistas. Os populistas são políticos antiaparinho — figuras que, alegando representar a voz «do povo», declaram guerra ao que descrevem como uma elite corrupta e conspiratória. Os populistas têm tendência a negar a legitimidade dos partidos estabelecidos, atacando-os como não democráticos e mesmo como não patriotas. Dizem aos eleitores que o sistema existente não é realmente uma democracia, mas, em vez disso, foi desviado, corrompido ou manipulado pela elite. E prometem enterrar essa elite e devolver o poder «ao povo». Este discurso deve ser levado a sério. Quando os populistas ganham eleições, muitas vezes, atacam as instituições democráticas. Na América Latina, por exemplo, dos 15 presidentes eleitos na Bolívia, no Equador, no Peru e na Venezuela entre 1990 e 2012, cinco eram *outsiders* populistas: Alberto Fujimori, Hugo Chávez, Evo Morales, Lucio Gutiérrez e Rafael Correa. Todos os cinco acabaram por enfraquecer as instituições democráticas.

TABELA I
**QUATRO INDICADORES-CHAVE
 DO COMPORTAMENTO AUTORITÁRIO**

<p>1. Rejeição das (ou fraco compromisso com as) regras democráticas do jogo</p>	<p>Rejeitam a Constituição ou expressam disponibilidade para a violar?</p> <p>Sugerem a necessidade de medidas antidemocráticas, como o cancelamento de eleições, a violação ou a suspensão da Constituição, a interdição de certas organizações, ou a restrição de direitos civis ou políticos básicos?</p> <p>Procuram usar (ou aprovam o uso de) meios extra-constitucionais para mudar o governo, tais como golpes militares, insurreições violentas ou protestos de massas com o objetivo de forçar uma mudança no governo?</p> <p>Procuram sabotar a legitimidade das eleições, por exemplo, recusando-se a aceitar resultados eleitorais credíveis?</p>
<p>2. Negação da legitimidade dos adversários políticos</p>	<p>Descrevem os rivais como subversivos ou opostos à ordem constitucional existente?</p> <p>Alegam que os rivais constituem uma ameaça existencial, quer à segurança nacional quer ao modo de vida prevalecente?</p> <p>Descrevem, sem fundamento, os rivais sectários como criminosos cujas supostas violações da lei (ou potencial para o levarem a cabo) os desclassificam da participação na arena política?</p> <p>Sugerem, sem fundamento, que os rivais são agentes estrangeiros, na medida em que estão a trabalhar em segredo aliados a (ou empregados por) um governo estrangeiro — normalmente um governo inimigo?</p>

<p>3. Tolerância da/encorajamento à violência</p>	<p>Têm alguma ligação a gangues armados, forças paramilitares, milícias, guerrilhas ou outras organizações que levam a cabo violência ilícita?</p> <p>Eles ou os aliados partidários apoiaram ou encorajaram ataques da turba aos adversários?</p> <p>Apoiaram tacitamente a violência dos apoiantes ao recusarem-se a condená-la e a puni-la sem ambiguidades?</p> <p>Elogiaram (ou recusaram-se a condenar) outros atos significativos de violência política, quer no passado quer noutros locais do mundo?</p>
<p>4. Prontidão para restringir as liberdades cívicas dos adversários, incluindo meios de comunicação</p>	<p>Apoiaram leis ou políticas que restringem as liberdades cívicas, tais como leis de libelo ou de difamação alargadas, ou leis que limitam o protesto, a crítica ao governo, ou certas organizações cívicas ou políticas?</p> <p>Ameaçaram tomar ações legais ou punitivas contra os críticos de partidos rivais, da sociedade civil ou nos <i>media</i>?</p> <p>Elogiaram medidas repressivas postas em prática por outros governos, quer no passado quer noutros locais do mundo?</p>

Manter os políticos autoritários longe do poder é mais fácil de dizer do que de fazer. Afinal de contas, não é suposto que as democracias interditem partidos ou proíbam candidatos de se apresentarem às eleições — e não aconselhamos tais medidas. A responsabilidade de filtrar os autoritários pertence, em vez disso, aos partidos políticos e aos líderes partidários: aos guardiões da democracia.

Garantir o sucesso dessa proteção exige que os partidos *mainstream* isolem e derrotem as forças extremistas, um comportamento a que a analista de política Nancy Bermeo chama «distanciamento». Os partidos pró-democráticos podem levar a cabo esse distanciamento de várias maneiras. Primeiro, podem manter os aspirantes a autoritários

fora das listas partidárias em tempo de eleições. Isto implica resistir à tentação de nomear extremistas para cargos públicos, mesmo que possam vir a garantir votos.

Em segundo lugar, os partidos podem remover os extremistas das suas próprias fileiras. Tomemos o exemplo do Partido Conservador Sueco (AVF) durante o perigoso período entre guerras. A juventude do AVF (uma organização de ativistas em idade de voto), chamada Organização Nacionalista da Juventude Sueca, tornou-se progressivamente mais radical no início da década de 1930, criticando a democracia parlamentar, apoiando abertamente Hitler e criando até um grupo uniformizado de tropas de choque. O AVF respondeu em 1933 expulsando a organização. A perda de 25 mil filiados pode ter custado votos ao AVF nas eleições municipais de 1934, mas a estratégia de distanciamento do partido reduziu a influência das forças antidemocráticas no maior partido de centro-direita da Suécia.

Em terceiro lugar, os partidos pró-democráticos podem evitar todas as alianças com partidos e candidatos antidemocráticos. Como vimos em Itália e na Alemanha, os partidos pró-democráticos têm por vezes a tentação de se alinhar com extremistas no seu flanco ideológico para ganhar votos ou, em sistemas parlamentares, formar governos. Mas tais alianças podem ter consequências devastadoras a longo prazo. Como Linz escreveu, o fim de muitas democracias pode ser encontrado na «maior afinidade [de um partido] com os extremistas do seu lado do espectro político do que com os partidos [*mainstream*] próximos do lado oposto».

Em quarto lugar, os partidos pró-democráticos podem tomar medidas para isolar sistematicamente, em vez de legitimar, os extremistas. Isto implica que os políticos evitem ações — como os comícios conjuntos dos conservadores alemães com Hitler no início da década de 1930, ou o discurso de Caldera em que simpatizou com Chávez — que ajudem a «normalizar» ou a dar respeitabilidade pública a figuras autoritárias.

Finalmente, sempre que os extremistas se tornem sérios competidores eleitorais, os partidos *mainstream* devem forjar uma frente unida

para os derrotar. Para citar Linz, devem estar dispostos a «juntar-se a adversários ideologicamente distantes mas empenhados na sobrevivência da ordem política democrática». Em circunstâncias normais, isto é quase inimaginável. Pensemos no senador Edward Kennedy e noutros Democratas liberais a fazerem campanha por Ronald Reagan, ou no Partido Trabalhista britânico e nos seus aliados dos sindicatos a apoiarem Margaret Thatcher. Os apoiantes desses partidos ficariam furiosos com a aparente traição aos seus princípios. Mas, em tempos extraordinários, uma liderança partidária corajosa implica colocar a democracia e o país acima do partido, e explicar aos eleitores o que está em jogo. Quando um partido ou um político que tem um resultado positivo na nossa «prova dos nove» emerge como uma ameaça eleitoral séria, praticamente não existem alternativas. As frentes democráticas unidas podem impedir os extremistas de chegar ao poder, o que pode significar salvar uma democracia.

Embora os fracassos sejam mais memoráveis, algumas democracias europeias praticaram com sucesso políticas de proteção entre as guerras. Podemos tirar lições surpreendentemente grandes de países pequenos. Repare-se na Bélgica e na Finlândia. Nos anos de crise política e económica na Europa, nas décadas de 1920 e 1930, ambos os países viveram sinais de alerta da decadência democrática — a ascensão de extremistas antissistema —, mas, ao contrário da Itália e da Alemanha, foram salvos por elites políticas que defenderam as instituições democráticas (pelo menos até à invasão nazi alguns anos mais tarde).

Na Bélgica, nas eleições gerais de 1936, quando o contágio do fascismo se espalhava da Itália e da Alemanha para toda a Europa, os eleitores apresentaram um veredito chocante. Dois partidos autoritários de extrema-direita — o Partido Rex e o partido nacionalista flamengo, ou Vlaams Nationaal Verbond (VNV) — cresceram nas urnas, conseguindo quase 20% do voto popular e desafiando o domínio histórico dos três partidos estabelecidos: o Partido Católico, de centro-direita,

os Socialistas e o Partido Liberal. O desafio do líder do Partido Rex, Léon Degrelle, jornalista católico que se tornaria colaborador nazi, foi particularmente forte. Degrelle, crítico virulento da democracia parlamentar, vinha das margens mais à direita do Partido Católico e atacava agora os seus líderes como corruptos. Recebeu encorajamento e apoio financeiro tanto de Hitler como de Mussolini.

As eleições de 1936 abalaram os partidos centristas, que sofreram perdas a todos os níveis. Cientes dos movimentos antidemocráticos nas vizinhas Itália e Alemanha, e receosos da sua própria sobrevivência, confrontaram a tarefa hercúlea de decidir como responder. O Partido Católico, em particular, enfrentava um dilema difícil: colaborar com os rivais de longa data, os Socialistas e os Liberais, ou forjar uma aliança de direita que incluísse os Rexistas, partido com o qual partilhavam algumas afinidades ideológicas, mas que rejeitava o valor da política democrática.

Ao contrário dos políticos *mainstream* em retirada da Itália e da Alemanha, a liderança católica belga declarou que qualquer cooperação com os Rexistas era incompatível com a filiação no partido e seguiu então uma estratégia em duas frentes para combater o movimento. Internamente, os líderes do Partido Católico endureceram a disciplina, avaliando os candidatos de acordo com as suas simpatias pró-Rexistas e expulsando aqueles que expressassem pontos de vista extremos. Adicionalmente, a liderança do partido tomou uma posição forte contra a cooperação com a extrema-direita. Externamente, o Partido Católico enfrentou o Rex no seu próprio terreno. O Partido Católico adotou novas táticas de propaganda e de campanha dirigidas aos jovens católicos que tinham anteriormente sido parte da base Rexista. Criaram a Frente Juvenil Católica em dezembro de 1935 e puseram a concorrer antigos aliados contra Degrelle.

O choque final entre o Rex e o Partido Católico, no qual o Rex foi, na prática, atirado para a sombra (até à ocupação nazi), centrou-se na formação de um novo governo após as eleições de 1936. O Partido Católico apoiou o primeiro-ministro católico em exercício, Paul van Zeeland. Depois de Van Zeeland reconquistar o cargo, havia duas

opções principais para formar governo: a primeira era uma aliança com os rivais Socialistas, na linha da «Frente Popular» francesa, que Van Zeeland e outros líderes católicos tinham a princípio procurado evitar. A segunda era uma aliança de direita de forças antissocialistas que incluiria o Rex e o VNV. A escolha não era fácil; a segunda opção era apoiada por uma facção tradicionalista que procurava abalar o frágil governo de Van Zeeland mobilizando as bases católicas, organizando uma «Marcha sobre Bruxelas» e forçando uma eleição suplementar na qual Degrelle se candidataria contra Van Zeeland. Estes planos foram minados em 1937, data em que Degrelle perdeu a eleição suplementar, em grande parte porque os deputados do Partido Católico tinham tomado uma decisão: recusaram-se a apoiar o plano dos tradicionalistas e uniram-se, em vez disso, aos Liberais e aos Socialistas no apoio a Van Zeeland. Esta foi a ação de proteção mais importante do Partido Católico.

A decisão do Partido Católico à direita também foi possibilitada pelo rei Leopoldo III e pelo Partido Socialista. A eleição de 1936 deixara o Partido Socialista como a maior força política da legislatura, o que lhe dava a prerrogativa de formar governo. Contudo, quando se tornou evidente que os Socialistas não conseguiriam obter apoio parlamentar suficiente, em vez de convocar novas eleições — que podiam ter dado ainda mais lugares aos partidos extremistas —, o rei reuniu-se com os líderes dos principais partidos para os convencer a partilharem o poder numa coligação governamental, liderada pelo primeiro-ministro em exercício Van Zeeland, que incluiria tanto católicos conservadores como Socialistas, mas excluiria os partidos antissistema de ambos os lados. Embora os Socialistas não confiassem em Van Zeeland, um homem do Partido Católico, colocaram, ainda assim, a democracia acima dos seus próprios interesses e deram o seu aval à grande coligação.

Uma dinâmica semelhante teve lugar na Finlândia, onde o Movimento Lapua, de extrema-direita, explodiu no palco político em 1929, ameaçando a frágil democracia do país. O movimento pretendia a

destruição do comunismo por todos os meios necessários. Ameaçava com a violência se as suas exigências não fossem cumpridas e atacava políticos *mainstream* que considerava colaboradores dos Socialistas. A princípio, políticos da União Agrária de Centro-direita no governo namoraram o Movimento Lapua, considerando o seu anticomunismo politicamente útil; concordaram com as exigências do movimento de negar direitos políticos aos Comunistas enquanto toleravam a violência de extrema-direita. Em 1930, P. E. Svinhufvud, um conservador que os líderes do Lapua consideravam «um dos seus», tornou-se primeiro-ministro e ofereceu-lhes duas pastas governamentais. Um ano mais tarde, Svinhufvud tornou-se presidente. Mas o Movimento Lapua manteve o comportamento extremista; com os Comunistas agora interditados, escolheu como alvo o mais moderado Partido Social Democrata. Arruaceiros do Lapua sequestraram mais de mil sociais-democratas, incluindo líderes sindicais e deputados. O Movimento Lapua também organizou uma marcha de 12 mil pessoas sobre Helsínquia (modelada na mítica Marcha sobre Roma) e, em 1932, apoiou um *putsch* falhado que pretendia substituir o governo por outro que fosse «apolítico» e «patriótico».

Contudo, à medida que o Movimento Lapua se radicalizava cada vez mais, os partidos conservadores tradicionais da Finlândia romperam definitivamente com ele. No final de 1930, o grosso da União Agrária, o liberal Partido do Progresso, e muitos do Partido dos Povos Suecos juntaram-se aos seus principais rivais ideológicos, os Sociais-democratas, na chamada Frente da Legalidade, para defender a democracia dos extremistas violentos. Mesmo o presidente conservador Svinhufvud rejeitou vigorosamente — e acabou por interditar — os seus antigos aliados. O Movimento Lapua ficou isolado e a breve explosão fascista na Finlândia foi abortada.

Não é apenas em distantes casos históricos que encontramos casos de proteção bem-sucedidos. Na Áustria, em 2016, o principal partido de centro-direita (o Partido Popular Austríaco, ÖVP) manteve na prática o Partido da Liberdade (FPÖ), de direita radical, fora

da presidência. A Áustria tem uma longa história de política de extrema-direita e o FPÖ é um dos mais fortes partidos europeus de extrema-direita. O sistema político da Áustria estava a tornar-se vulnerável, pois os dois principais partidos, o SPÖ social-democrata e o ÖVP democrata-cristão, que tinham alternado na presidência durante o período pós-guerra, estavam a enfraquecer. Em 2016, o seu domínio foi desafiado por dois recém-chegados — o antigo presidente do Partido Verde, Alexander Van der Bellen, e o líder do extremista FPÖ, Norbert Hofer.

Para surpresa da maior parte dos analistas, a primeira volta deixou Van der Bellen e o *outsider* de direita Hofer como os dois candidatos à segunda volta. Após um erro processual registado em outubro de 2016, a segunda volta teve lugar em dezembro. Por esta altura, vários políticos importantes, incluindo nomes do conservador ÖVP, defenderam que Hofer e o seu Partido da Liberdade tinham de ser derrotados. Hofer parecera encorajar a violência contra os imigrantes e, uma vez eleito, muitos questionaram se Hofer daria a primazia ao seu partido de modos que viessem a violar as normas de longa data sobre o presidente estar acima da política. Perante esta ameaça, alguns importantes líderes do ÖVP procuraram derrotar Hofer apoiando o rival ideológico, o candidato Verde de centro-esquerda Van der Bellen. O candidato presidencial do ÖVP, Andreas Khol, apoiou Van der Bellen, como aliás o presidente do partido, Reinhold Mitterlehner, a ministra governamental Sophie Karmasin e dezenas de presidentes de câmara do ÖVP por todo o território austríaco. Numa carta, o antigo presidente do partido, Erhard Busek, escreveu que apoiava Van der Bellen «não apaixonadamente, mas após cuidada reflexão» e que, mais ainda, a sua decisão fora motivada por «não querer felicitações de [Marine] Le Pen, do [partido húngaro] Jobbik, de [Geert] Wilders e da Alternativa para a Alemanha [AfD] [e de outros extremistas] após as nossas eleições presidenciais». Van der Bellen ganhou por apenas 300 mil votos.

Esta atitude exigiu considerável coragem política. Segundo um presidente da câmara do Partido Católico de uma pequena cidade dos

arredores de Viena, Stefan Schmuckenschlager, que apoiou o candidato do Partido Verde, foi uma decisão que dividiu famílias. O seu próprio irmão gêmeo, outro líder partidário, apoiara Hofer. Como Schmuckenschlager explicou, as políticas do poder têm por vezes de ser postas de lado para fazer o que deve ser feito.

Terão as declarações de apoio do ÖVP ajudado? Existem provas de que sim. Segundo inquéritos feitos à boca das urnas, 55% dos inquiridos que se identificaram como apoiantes do ÖVP disseram ter votado em Van der Bellen e 48% dos eleitores de Van der Bellen disseram ter votado nele para impedir que Hofer ganhasse. Acrescente-se que a forte divisão rural/urbana que sempre marcou a política austríaca (entre áreas urbanas de esquerda e zonas rurais de direita) diminuiu drasticamente na segunda volta, em dezembro de 2016, com um número surpreendente de estados rurais tradicionalmente conservadores a votar em Van der Bellen.

Em resumo, em 2016, os líderes responsáveis do ÖVP resistiram à tentação de se aliarem com um partido extremista no seu próprio flanco ideológico, e o resultado foi a derrota desse partido. O desempenho forte do FPÖ nas eleições parlamentares de 2017, que o deixaram em posição de se tornar parceiro minoritário num novo governo de direita, deixou claro que o dilema que os Conservadores austríacos enfrentam ainda subsiste. Mesmo assim, o seu esforço no sentido de manter um extremista fora da presidência dá-nos um modelo útil de proteção contemporânea.

Por seu turno, os Estados Unidos têm um historial impressionante de proteção. Tanto os Democratas como os Republicanos enfrentaram figuras extremistas nas suas fileiras, algumas das quais dispunham de considerável apoio popular. Durante décadas, ambos os partidos conseguiram com sucesso manter essas figuras afastadas do centro. Até, claro, 2016.

Um olhar revelador sobre o fim das democracias em todo o mundo — e um guia para as resgatar.

{ Bestseller do *New York Times* }

A presidência de Donald Trump veio levantar uma questão que muitos nunca pensaram colocar: a democracia norte-americana está em perigo? Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, ambos professores em Harvard, dedicaram mais de 20 anos ao estudo da queda de democracias na Europa e na América Latina, e acreditam que a resposta para essa pergunta é «sim».

As democracias já não se desmoronam mediante uma revolução ou golpe de Estado, caem aos poucos, através do enfraquecimento das instituições fundamentais, como os tribunais e os órgãos de comunicação social, e do desgaste gradual de normas políticas de longa data. Mas nem tudo está perdido. O autoritarismo pode ser revertido.

Apoiados em décadas de pesquisa e apresentando vários exemplos históricos pelo mundo (Hungria, Turquia, Venezuela, Peru, entre outros países), os autores mostram como morrem as democracias e de que modo se poderá salvar a democracia norte-americana.

«Impressionante. Uma análise provocante dos paralelismos entre a ascensão de Donald Trump e a queda de outras democracias.»

Kirkus Reviews

<p>v o g a i s com todas as letras 2020 editora</p>	<p>ISBN 978-989-668-466-2</p>  <p>9 789896 684662</p> <p>Temas Atuais</p>
--------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------